

MESTRADO
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA COREIA DO SUL:
INTERVENÇÃO ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA
EXPORTADORA**

CÁTIA ANDREIA DA CRUZ GONÇALVES

ABRIL – 2022

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA COREIA DO SUL:
INTERVENÇÃO ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA ECONOMIA
EXPORTADORA**

CÁTIA ANDREIA DA CRUZ GONÇALVES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO LEÃO

ABRIL – 2022

Resumo

O rápido e elevado crescimento económico da Coreia do Sul, a partir da década de 1960, tem sido associado à abertura da economia e, conseqüentemente, à expansão das exportações, numa fase ainda inicial do processo de industrialização do país. No entanto, o Estado desempenhou um papel fundamental enquanto promotor e orientador da reestruturação económica e expansão industrial coreana. O objetivo primário desta dissertação é examinar as principais estratégias e políticas económicas, implementadas no período de 1950 a 1980, de forma a avaliar a dimensão e o impacto da ação estatal no desenvolvimento económico da Coreia do Sul. Complementarmente, pretende-se destacar os elementos distintivos da atuação estatal e, por conseguinte, da industrialização bem sucedida da economia coreana.

No período em análise, o crescimento da Coreia do Sul apresenta uma tendência de intervencionismo estatal setorial, combinando proteção e promoção de exportações nas indústrias nascente, e com foco na acumulação de capital industrial. A intervenção estatal mostrou-se determinante para a industrialização do país devido ao compromisso do governo com os objetivos de desenvolvimento nacional e a utilização eficaz de vários instrumentos que permitiram modificar a alocação do investimento de acordo com esses objetivos. A experiência da Coreia do Sul evidencia-se como um exemplo de crescimento económico liderado pelas exportações mediado pela ação de um Estado forte e autónomo.

Palavras-Chave: Coreia do Sul, intervenção estatal, industrialização, desenvolvimento económico, exportações, setor privado.

Abstract

The rapid and high economic growth of South Korea, from the 1960s onwards, has been associated with the opening of the economy and, consequently, with the expansion of exports, at a still early stage of the country's industrialization process. However, the State played a key role in promoting and guiding Korean economic restructuring and industrial expansion. The primary objective of this dissertation is to examine the main economic strategies and policies, implemented in the period from 1950 to 1980, in order to assess the dimension and impact of state action on the economic development of South Korea. In addition, it is intended to highlight the distinctive elements of state performance and, therefore, of the successful industrialization of the Korean economy.

In the period under analysis, the growth of South Korea shows a trend of sectoral state interventionism, combining protection and promotion of exports in infant industries, and with a focus on the accumulation of industrial capital. State intervention proved to be decisive for the country's industrialization due to the government's commitment to the objectives of national development and the effective use of various instruments that allowed modifying the investment allocation according to these objectives. The experience of South Korea stands out as an example of export-led economic growth mediated by the action of a strong and autonomous State.

Keywords: South Korea, state intervention, industrialization, economic development, exports, private sector.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos são dirigidos ao meu orientador, Professor Doutor Pedro Leão, por toda a disponibilidade e ajuda prestada ao longo dos meses de preparação desta dissertação.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, pelas oportunidades que me proporcionaram e pelo apoio durante o meu percurso académico. A todos os meus amigos que me incentivaram e apoiaram na concretização desta etapa, muito obrigada.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas bem como aos docentes do mestrado de Economia Internacional e Estudos Europeus pela partilha de conhecimento e por terem sido uma fonte de inspiração durante o meu percurso no ISEG. De igual forma, agradeço aos meus colegas da Willis Towers Watson por todo o apoio, palavras de incentivo e pelo interesse que sempre demonstraram neste trabalho.

Índice de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

NICs – *Newly Industrializing Countries*

ISI – Industrialização via Substituição de Importações

IOE – Industrialização Orientada pelas Exportações

PQDE – Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico

EPB – *Economic Planning Board*

PIB – Produto Interno Bruto

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

HCI – *Heavy and Chemical Industries*

NIF – *National Investment Fund*

POSCO – *Pohang Iron and Steel Company*

PNB – Produto Nacional Bruto

Índice

1. Introdução.....	1
2. Reforma Agrária e Reestruturação Económica e Política.....	3
3. Processo de Industrialização: Política Comercial e Política Industrial.....	5
3.1 Industrialização via Substituição de Importações	6
3.2 Industrialização Orientada para as Exportações.....	8
3.3 Regime Comercial Dualista.....	10
3.4 Política Industrial Seletiva	12
4. Distorção de Preços Relativos	16
5. Enquadramento Macroeconómico	17
6. Vantagem Comparativa: Salários e Força de Trabalho	19
7. Transição para a Indústria Pesada e Química.....	21
Indústria do Aço – POSCO.....	23
8. Estado Desenvolvimentista	25
9. Setor Privado – <i>Chaebols</i>	27
10. Considerações Finais	30

1. Introdução

O desenvolvimento económico da Coreia do Sul, oficialmente República da Coreia, – ou apenas Coreia - apresenta-se como um notável caso de sucesso pela capacidade do país em sustentar um rápido e elevado crescimento, sobretudo no período de 1961 a 1996, num fenómeno que ficou conhecido como o “*Milagre do Rio Han*”. No início da segunda metade do século XX, a Coreia era uma economia agrária de subsistência, sendo o país mais pobre do leste asiático e largamente dependente da ajuda internacional¹. A transformação radical do país teve por base uma expansão industrial e o crescimento de grandes grupos de negócios que viriam a tornar-se “*campeões nacionais*” – criadores de futuras marcas globais – bem como uma forte inserção no comércio internacional por via da exportação de bens manufaturados.

O crescimento da economia coreana, apesar de inegável, tem sido alvo de debate entre duas correntes distintas no que respeita à interpretação dos fatores que fomentaram o processo de industrialização do país. Na visão neoclássica, apoiada pelo Banco Mundial, a expansão económica da Coreia foi liderada pelas exportações em resultado de um conjunto de reformas de liberalização comercial aplicadas em meados da década de 1960². No contexto da perspetiva que ganhou maior relevo nas últimas décadas, com base nos trabalhos de autores como Amsden (1989), Wade (1990) ou Chang (2006), defende-se a intervenção do Estado na economia, mesmo após a orientação da mesma para o exterior, como principal determinante da trajetória bem sucedida da Coreia.

O presente trabalho assenta na visão do Estado enquanto promotor e orientador do processo de industrialização da Coreia. Por conseguinte, a hipótese que presidiu à elaboração desta dissertação consiste na ação abrangente do governo da Coreia para a transformação económica do país através da implementação eficaz de políticas económicas com um alcance profundo e resultados duradouros. O problema da investigação proposta debruça-se assim sobre o grau de intervenção estatal na economia coreana. Neste quadro, pretende-se com este trabalho analisar a extensão e o impacto da ação estatal na industrialização da Coreia. Além disso, procura-se compreender como a

¹ De acordo com Chang (2006), em 1961 o rendimento per capita da Coreia (US\$82) era inferior à metade daquele que existia no Gana (US\$179) e nas Honduras (US\$182).

² Ver, por exemplo, Krueger, 1979; Kuznets, 1977 citados por Haggard et al., 1991 ou Banco Mundial, 1993; Little, 1994 citados por Rodrik, 1995.

Coreia conseguiu sustentar uma economia de mercado e a existência de iniciativa privada com uma tendência de intensa participação estatal e proteção do mercado doméstico.

Esta dissertação pretende contribuir para a discussão sobre a relevância de um modelo económico que se fundamenta na presença de um Estado Desenvolvimentista como principal determinante para o sucesso económico da Coreia. Complementarmente, tenciona fornecer uma visão sobre os elementos que distinguem a atuação do Estado na Coreia em relação a outros países economicamente atrasados que também iniciaram processos de industrialização tardia orientados por uma lógica de planeamento estatal.

De forma a fornecer resposta às questões formuladas, serão observadas no presente trabalho as principais políticas e dinâmicas adotadas pelo governo coreano bem como as especificidades que caracterizam o mesmo e as suas relações, principalmente com o setor privado da economia. O percurso económico coreano será analisado, sobretudo no período de 1960 a 1980, desde o início da reestruturação industrial até ao desenvolvimento da indústria pesada e química, sendo este o período que denota maior intervencionismo estatal. No entanto, será efetuada uma breve análise da década de 1950, particularmente no contexto da política agrícola, cuja importância para o processo de industrialização da Coreia é frequentemente ignorada (Studwell, 2013).

Para a análise proposta, o presente trabalho começa por apresentar a reforma agrária e o seu impacto na reestruturação económica e política da Coreia. Segue-se o estudo do processo de industrialização coreano, nomeadamente as principais medidas adotadas no âmbito da política comercial e política industrial. Neste ponto, é dado especial ênfase ao regime comercial dualista predominante no período em estudo – numa combinação de proteção e promoção de exportações nas indústrias nascentes – bem como às políticas de promoção setorial. Nos capítulos seguintes, serão abordados outros aspectos elucidativos do progresso económico da Coreia como a distorção de preços relativos, o enquadramento macroeconómico e os elementos que constituíram a vantagem comparativa do país. Posteriormente, será examinada a transição para a indústria pesada e química, exemplificando o caso bem sucedido da indústria do aço. Nos últimos dois capítulos será contextualizado o Estado Desenvolvimentista e o setor privado da economia coreana, terminando com as considerações finais deste trabalho.

2. Reforma Agrária e Reestruturação Económica e Política

A Coreia destaca-se entre os novos países industrializados (NICs)³ pela sua estratégia de desenvolvimento económico, numa combinação articulada entre a política industrial e a política comercial, que permitiu ao país uma rápida e bem sucedida industrialização a partir da década de 1960 (Kim, 1991). No entanto, importa analisar o período que antecede o processo de industrialização, particularmente no contexto da reforma agrária, aplicada no início da década de 1950, que constituiu uma das principais estratégias de intervenção estatal e fomentou a transformação da estrutura económica e política do país. Neste sentido, evidencia-se a implementação eficaz de uma política agrícola com foco na criação, transferência e utilização eficiente de excedentes agrícolas para o processo de acumulação de capital industrial bem como a promoção de ligações intersectoriais, numa abordagem *win-win* entre o setor agrícola e industrial (Kay, 2001; Mundle, 1985).

Sendo uma economia predominantemente rural, com uma base industrial bastante atrasada em resultado da escassez de recursos naturais e capital, a atividade agrícola oferecia uma oportunidade para a absorção dos recursos humanos, que eram abundantes e com poucas competências produtivas. Contudo, antes da reforma agrária, e na presença de um mercado relativamente livre, predominava um sistema económico assente no arrendamento de terras agrícolas e empréstimos com elevadas taxas de juro. A intervenção do Estado na agricultura ocorreu através da implementação de um conjunto de medidas que visavam a reestruturação radical do sistema agrário e cujo objetivo principal era a maximização da produção agrícola. A reforma agrária consistiu, essencialmente, na promoção da agricultura privada de pequena escala ou “*agricultura doméstica altamente intensiva em trabalho*” (Studwell, 2013: 10) e apoio estatal, através da atribuição de crédito, criação de instituições de suporte à atividade agrícola e investimento em infraestruturas. Esta reforma revelou-se um programa de “*terra para quem a trabalha*” (Kay, 2001: 18), onde as terras agrícolas, propriedade de grandes senhorios pouco progressistas, foram redistribuídas numa base igualitária pela população rural. Além disso, esta redistribuição de terras compreendia um reduzido limite sobre a propriedade das mesmas – máximo de 3 hectares -, como forma de restringir a

³ O termo “*Newly Industrializing Countries*” (NICs) refere-se às economias pouco desenvolvidas que se industrializaram na segunda metade do século XX e cujos processos de industrialização, apesar de apresentarem algumas particularidades, denotam uma grande participação do Estado, por exemplo, através de investimentos, subsídios ou incentivos fiscais (Haggard, 1986).

acumulação de terras, intensificar a produtividade agrícola e redirecionar os excedentes para o investimento industrial (Wade, 1990). Por conseguinte, a reforma agrária contribuiu significativamente para uma distribuição de rendimento mais equitativa, sendo este um dos elementos diferenciadores do desenvolvimento económico da Coreia (Studwell, 2013; Amsden, 1989; Kay, 2001; Kim, 1991).

A reestruturação do setor agrícola foi o ponto de partida para a transformação industrial na medida em que, através do aumento da produção agrícola, verificou-se uma subida das poupanças e, assim, um aumento dos recursos financeiros para o investimento industrial. Complementarmente, a diminuição das importações de bens alimentares permitiu que as reservas de moeda estrangeira fossem redirecionadas para a aquisição de capacidade tecnológica no estrangeiro, crucial para o processo de industrialização. A maximização da produção agrícola permitiu ainda o aparecimento de novos mercados, essenciais para o crescimento da capacidade manufatureira, devido ao aumento da procura por bens de consumo pela população rural, dando início ao crescimento económico liderado pela procura interna (Wade, 1990). Além da transferência de capital, o setor industrial beneficiou com a contribuição de outros fatores de produção, tais como matérias-primas, trabalhadores e bens alimentares baratos – que permitiram manter os salários baixos – bem como empreendedores industriais (Kay, 2001). Mais do que uma estratégia económica, a reforma agrária revelou-se também uma estratégia política para a criação de um poder estatal mais forte e centralizado (Amsden, 1989). Neste sentido, o processo de desapropriação de terras agrícolas contribuiu significativamente para a estabilidade política e redução de conflitos entre classes devido à diminuição dos grupos de pressão ao governo e das atividades de “*rent-seeking*”⁴.

⁴ Num país em desenvolvimento, “*rent-seeking*” refere-se à tendência dos empreendedores privados para concentrar os seus esforços na obtenção de proteção e subsídios do Estado. No entanto, estes incentivos estatais não são aplicados em atividades produtivas, progresso tecnológico ou na construção de capacidade industrial competitiva necessária para o desenvolvimento económico do país (Studwell, 2013).

3. Processo de Industrialização: Política Comercial e Política Industrial

O desenvolvimento económico da Coreia destaca-se pelas elevadas taxas de crescimento económico alcançadas de forma rápida e mantidas durante um período de quase 30 anos, em torno de 9% ao ano⁵ (Souza & Yoon, 2001; Kim, 1991). A ascensão ao poder do General Park Chung-hee, após o golpe militar de 1961, e o seu empenho na modernização do país, representa o início da expansão industrial da Coreia, marcada pelo maior intervencionismo estatal na economia. A ação do Estado tinha como propósito direcionar rapidamente o setor privado para atividades de maior valor acrescentado e para a produção de bens manufaturados globalmente competitivos. Segundo Amsden (1989), a industrialização da Coreia evidencia duas características distintivas: intervenção do Estado através da atribuição de subsídios e proteção; e uma dinâmica de aprendizagem por meio da adaptação de tecnologia estrangeira emprestada e/ou importada, em alternativa à criação de novos produtos ou técnicas de produção.

O processo de industrialização e a alteração estrutural da economia coreana pode ser dividida em 3 fases: o período da indústria ligeira (1962 – 1971); o período da indústria pesada e química (1972 – 1980); e o período da indústria de alta tecnologia (a partir de 1982) (Souza & Yoon, 2001). Adicionalmente, e de acordo com Wade (1990), é possível identificar quatro importantes períodos da política comercial: o período de substituição de importações primárias – bens de consumo (início da década de 1950 até 1963/1965); a fase de promoção de exportações (até meados dos anos 70); o período de substituição de importações secundárias – bens intermédios e de capital (até início dos anos 80); e por último, o período de liberalização comercial.

⁵A aceleração do crescimento económico da Coreia, evidencia-se pela evolução da taxa média anual de crescimento, igual a 4,9% entre 1954-1961, passando para 9,3% entre 1963-1979 e, posteriormente, para 8,6% entre 1981-1996, taxas bastante superiores à do crescimento populacional (Souza & Yoon, 2001).

3.1 Industrialização via Substituição de Importações

Numa fase inicial do processo de industrialização da Coreia, a estratégia aplicada consistiu na industrialização via substituição de importações (ISI), particularmente na indústria de bens de consumo⁶. Para isso, o governo adotou uma política comercial e cambial protecionista, por meio de elevadas tarifas além de uma taxa de câmbio sobrevalorizada ligada a um complexo sistema de licenças para importação (Manríquez & Aymes, 2009; Haggard et al., 1991). A implementação de uma estratégia de ISI na economia coreana pode ser justificada pelo argumento de List (1885) que defende a aplicação de uma política protecionista – temporária, seletiva e direcionada para a obtenção de objetivos específicos – que permita estimular as indústrias nascentes do país e, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento econômico seguido pela expansão das exportações. A proteção do mercado doméstico fornece tempo para a aquisição e assimilação de conhecimento técnico vital para a criação de uma indústria manufatureira forte e competitiva internacionalmente, em troca de um custo econômico temporário (Studwell, 2013). Neste sentido, também Chang (2006) concorda que o desenvolvimento de economias pouco avançadas depende da importação e aprendizagem tecnológica, que acarretam custos e retornos incertos para as empresas e, portanto, a necessidade de intervenção do Estado para a socialização do risco e criação de rendas. De acordo com Wade (1990), a proteção do mercado garante ainda lucros superiores aos produtores nacionais que, por isso, podem praticar preços discriminatórios nos mercados de exportação.

A expansão da capacidade industrial manufatureira teve por base a priorização de um mecanismo de *learning-by-doing*, relegando para segundo plano as considerações sobre eficiência e obtenção de lucros (Studwell, 2013). Este mecanismo de aprendizagem abrangia a transferência de tecnologia e técnicas de produção, através de importações e assistência técnica – principalmente na forma de licenciamento estrangeiro –, tendo também se estendido à estrutura organizacional das fábricas (Amsden, 1989). Posto isto, se numa fase inicial os bens manufaturados consistiam em imitações de baixo custo e reduzida tecnologia com foco no mercado consumidor rural, rapidamente o país

⁶ A indústria têxtil teve a sua maior expansão no período entre 1953-1957, com taxas de crescimento em torno de 24% ao ano. O processo de substituição de importações ficou completo em 1957, permitindo que o governo proibisse as importações têxteis (Eckert, 1990; Amsden, 1989).

conseguiu penetrar os mercados urbanos e, posteriormente, o mercado externo com bens mais sofisticados.

Apesar do menor crescimento da economia coreana, na segunda metade da década de 1950, verificou-se uma rápida transformação industrial, na qual o PIB industrial passou de 8% para 14% do PIB (Manríquez & Aymes, 2009). Além disso, e de acordo com Kim (1991), a atenção estava na construção de infraestruturas de capital humano e físico que serviriam de base para a posterior expansão industrial. Complementarmente, o desenvolvimento das indústrias nascentes – além da diminuição das importações primárias - contribuiu para o aumento da taxa de poupança e melhoria do perfil de crédito do país, beneficiando assim o processo de acumulação de capital. Por outro lado, a estratégia de ISI seguida pela Coreia tinha como objetivo aumentar e fortalecer as indústrias nascentes para se tornarem indústrias exportadoras no futuro (Kim, 2002 citado por Vieira, 2014). Neste sentido, também Wade (1990: 125) afirma que “*O sistema de proteção passou a estar orientado para promover a substituição de importações para a produção de exportações*”, sendo algo substancialmente diferente, nos seus efeitos, do tipo de proteção aplicado em outros países em desenvolvimento. Portanto, apesar de alguns autores, como Ranis (1983 citado por Wade, 1990), enfatizarem a “*suavidade*”⁷ da estratégia de ISI nos países do leste asiático, evidencia-se a importância da mesma para a preparação dos setores exportadores, fortalecimento da competitividade internacional e diversificação industrial (Bustelo, 1996). Deste modo, o rápido crescimento económico orientado pelas exportações de bens manufaturados ligeiros numa fase posterior, pode ser justificado em parte porque o Estado adotou, numa fase inicial, políticas de restrição às importações.

Para o sucesso da estratégia de ISI na industrialização da Coreia foi crucial o planeamento do Estado e, principalmente, a escolha do momento para a liberalização comercial. Além disso, mostrou-se essencial a elaboração de um sistema eficaz para a atribuição de incentivos em virtude das dificuldades impostas pelas empresas menos eficientes e dependentes de subsídios estatais para a transição para uma economia mais aberta. Nesta perspetiva, Amsden (1989) concorda que a penetração nos mercados estrangeiros por meio da tecnologia moderna pode ser complicada após a fase de ISI, e

⁷ O termo “*suavidade*” refere-se à baixa distorção dos preços, comparativamente aos países da América Latina, particularmente no que respeita à taxa de câmbio, taxa salarial, taxa de juro e preço de importações.

mesmo para bens intensivos em trabalho, caso não seja aplicada uma política de subsídio das exportações.

3.2 Industrialização Orientada para as Exportações

O rápido desenvolvimento económico da Coreia inicia-se com a introdução dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Económico (PQDE), que consistiam em esquemas de política económica de curto prazo com o objetivo de promover a industrialização do país, por meio de uma maior cooperação entre o governo e o setor privado⁸ (Souza & Yoon, 2001). No decorrer dos dois primeiros planos (1962-1966 e 1967-1971) é possível observar a substituição da estratégia de ISI – ainda predominante no primeiro PQDE – para a industrialização orientada pelas exportações (IOE). A prioridade cedida às políticas de promoção de exportações e, conseqüentemente, a expansão das mesmas mostrou-se essencial para o crescimento da economia coreana. O Estado manteve um papel diretivo durante o período de liberalização comercial, garantindo a transferência dos lucros provenientes das exportações para o investimento, principalmente para as indústrias consideradas de importância estratégica para o país, incluindo aquelas de substituição de importações.

A aplicação da estratégia de IOE na Coreia distingue-se daquela aplicada em outros países de industrialização tardia pela introdução de um esquema abrangente de incentivos estatais às exportações, altamente seletivo e regulado, numa fase ainda inicial do processo de industrialização. Este sistema de incentivos aos exportadores, com ênfase no setor privado, consistia sobretudo em: a) atribuição de subsídios; b) atribuição de licenças para importação; c) permissão para retenção de moeda estrangeira; d) crédito subsidiado⁹; e) organização de cartéis de exportação; f) criação de zonas de processamento de exportações; g) sistema de isenção, prorrogação ou desconto de tarifas; h) incentivos fiscais; i) apoio de mercado; j) taxa de câmbio desvalorizada; e k) atribuição de prémios (Studwell, 2013; Wade, 1990; Amsden, 1989). A política de promoção de exportações tinha por base uma forte disciplina exercida pelo Estado sobre as empresas,

⁸ Os sete PQDEs elaborados e implementados pelo Estado, entre 1962 e 1996, permitiram que o processo de desenvolvimento da economia coreana avançasse por etapas.

⁹ Os empréstimos com taxas de juros negativas, garantias ou prioridades na atribuição de crédito bem como condições favoráveis para o reembolso – “*policy loans*” - constituíam um dos instrumentos mais importantes da política industrial (Chang, 1993; Kim, 1991).

que garantia que estas alinhassem os seus interesses aos objetivos de desenvolvimento nacional, particularmente metas de exportação ambiciosas, em troca dos incentivos estatais. Deste modo, a consolidação do poder das grandes empresas ficou condicionada ao desempenho exportador das mesmas – avaliado em termos de produção e gestão em vez de indicadores financeiros (Amsden, 1989) -, sendo este um elemento determinante para a explicação do sucesso da estratégia de IOE na Coreia. A criação de uma “*cultura exportadora*” e a relevância desta estratégia económica para o país, permite assim compreender como a Coreia se tornou no país em desenvolvimento mais dependente de exportações do mundo, de acordo com os padrões internacionais¹⁰ (Studwell, 2013; Amsden, 1989). De acordo com Studwell (2013), a política comercial e industrial da Coreia continha um segundo elemento de intervenção estatal, além da disciplina exportadora, nomeadamente uma estratégia de “*eliminação dos perdedores*”. Através do incentivo à competição entre empresas, principalmente nos mercados externos, o Estado procurava, mais do que selecionar os destinatários de apoio estatal, sancionar ou até mesmo retirar do mercado as empresas de baixo desempenho, menos competitivas ou simplesmente mal administradas.

O controlo estatal sobre o setor privado na forma de uma rigorosa disciplina e intensa competição mostrou-se determinante para a mudança do foco dos empreendedores coreanos – da especulação para a acumulação de capital – e para que fosse reconhecida a lucratividade da atividade manufatureira. Portanto, o processo de industrialização coreano assentou num mecanismo de controlo recíproco que garantia que os destinatários de subsídios estatais convertessem os mesmos em investimento produtivo. Deste modo, a transição da estratégia de ISI para a estratégia de IOE não foi uma escolha do setor privado, na medida em que a pressão exercida pelo Estado para o aumento das exportações não teria tido o mesmo efeito sem a atribuição de incentivos. Além disso, e apesar das grandes limitações ao investimento direto estrangeiro (IDE), o governo direcionou as multinacionais para a atividade exportadora e para a aquisição de *inputs* aos fornecedores domésticos. Simultaneamente, as empresas domésticas foram compensadas com incentivos discriminatórios pelo aumento da concorrência externa (Wade, 1990).

¹⁰As exportações em percentagem do PIB, aumentaram de menos de 5% na década de 1950, para aproximadamente 35% na década de 1980 (Amsden, 1989).

A alteração da estratégia económica para a IOE quando o setor industrial ainda estava focado na produção de bens de consumo, contribuiu para a acumulação de moeda estrangeira e, por conseguinte, a introdução de novas tecnologias e aumento do emprego. Adicionalmente, o acesso a novos e maiores mercados bem como a exposição à competição internacional, permitiram a maior eficiência das indústrias em virtude da criação de economias de escala. Estes elementos seriam fundamentais na futura transição para a indústria pesada e química - *Heavy and Chemical Industries* (HCI). A Coreia tornou-se na década de 1960 uma “*plataforma de exportações*”, com base na nova divisão internacional de trabalho (Im, 1987). Desta forma, o país importava bens intermédios e bens de capital, aos quais adicionava mais processamento – com recurso ao trabalho barato – exportando, posteriormente, os bens finais a preços reduzidos (Wade, 1990; Lee et al., 2012). O crescimento das exportações contribuiu também para o aumento dos bens substitutos de importações, usados para a produção de exportações, bem como para a redução do custo dos bens intermédios, produzidos domesticamente e em contacto com a concorrência externa. A expansão das exportações mostrou-se ainda essencial para que as empresas e o governo recebessem *feedback* por parte dos mercados internacionais o que, por sua vez, permitia definir as políticas industriais e as escolhas sobre investimento. Posto isto, a existência de um setor manufatureiro ligeiro bastante produtivo, contribuiu para o crescimento das exportações, o que permitiu aumentar ainda mais a produtividade e assim o crescimento económico da Coreia.

3.3 Regime Comercial Dualista

A Coreia distingue-se de outros países de industrialização tardia pela combinação de proteção e promoção de exportações nas indústrias nascentes e pela criação de um sistema de vinculação entre exportações e importações para a obtenção de apoio estatal. Além disso, Wade (1990) evidencia a existência de um paradoxo no planeamento estatal numa economia fortemente exposta ao mercado internacional, que se explica pelo facto da abertura e orientação da economia para o exterior não ter ocorrido por meio das forças de mercado, mas pela ação do governo. Ainda assim, as políticas protecionistas mantiveram-se em vigor durante grande parte do período marcado pela expansão das exportações, numa estratégia de “*proteção às importações como promoção de exportações*” (Krugman, 1984 citado por Bustelo, 1996: 5). Chang (2006) também constata a utilização simultânea e coordenada de proteção das indústrias nascentes e

promoção das exportações, frequentemente na mesma indústria, como elemento-chave da política comercial do leste asiático. Por este motivo, a proteção do mercado doméstico continuou elevada em indústrias com fortes prospeções de exportação e reduzida em indústrias com competitividade internacional (Woo & Sul, 2000).

Apesar do *boom* das exportações durante a década de 1960, a liberalização das importações foi efetuada de forma cautelosa, gradual e com uma elevada dispersão setorial. Por esse motivo, as restrições às importações não verificaram uma redução significativa até início da década de 1970, quando muitos dos bens, cuja importação era controlada, passaram para a lista de “*bens permitidos*”¹¹ – embora com restrições de origem e –, desde que fossem essenciais para o desenvolvimento do setor exportador (Kim, 1991; Rodrik, 1995). Este mecanismo de aprovação de licenças de importação era controlado pelos bancos – sob domínio do governo – e constituiu também um importante instrumento para a substituição de importações secundárias, tendo como objetivo a criação de procura no mercado doméstico para este tipo de bens industriais (Wade, 1990; Kim, 1991). Deste modo, as barreiras tarifárias permaneceram como principal instrumento de proteção, sendo estas minuciosamente diferenciadas por bem e finalidade do mesmo. Além disso, persistiram os requisitos de conteúdo doméstico de forma a promover ligações a montante e a jusante entre vários setores bem como os controlos de câmbio estrangeiro para garantir que este não fosse usada para fins não produtivos (Wade, 1990). O controlo das importações permitiu a subida de preços no mercado doméstico, principalmente em bens com reduzida elasticidade-preço de procura, resultando no aumento das taxas de retorno para as empresas e redução dos preços dos bens para exportação (Bustelo, 1996). Este regime comercial dualista, além de fornecer uma discriminação positiva às exportações, que tornou o setor exportador mais atrativo para as empresas, contribuiu ainda para o aprofundamento da substituição de importações e diversificação industrial, tendo facilitado a transição para as HCI. Posto isto, o rápido crescimento das exportações de produtos manufaturados não teve por base a liberalização do mercado, em termos de neutralidade de incentivos entre vendas no mercado internacional e doméstico. Esta afirmação tem em consideração que as reformas

¹¹ Qualquer produto com uma qualidade similar ao produto importado e cuja produção doméstica fosse suficiente para dar resposta à procura do mercado doméstico, poderia ser colocado na lista de bens controlados. Posteriormente, foram introduzidos critérios com base no preço do bem (Wade, 1990).

comerciais ocorreram numa fase na qual a Coreia já possuía um elevado potencial de crescimento em consequência da ação estatal (Wade, 1990).

Neste ponto, importa observar a indústria têxtil de algodão coreana, que apesar do seu crescimento significativo durante a década de 1950, tinha um desempenho bastante problemático devido ao excesso de capacidade em resultado dos empréstimos subsidiados. A introdução do esquema de subsídio estatal com base no desempenho exportador das empresas transformou esta indústria em líder do movimento exportador do país. Assim, se inicialmente este setor estava focado na acumulação de experiência e dependente da proteção estatal, a partir da década de 1960, uma maior autonomia foi conseguida por meio dos estímulos à exportação, dos avanços tecnológicos e salários reduzidos – comparativamente ao Japão, principal concorrente comercial. A produtividade da indústria têxtil cresceu à medida que as exportações aumentaram e o excesso de capacidade começou a ser utilizado, o que por sua vez contribuiu para o maior volume das exportações. Desta forma, a intervenção do governo na economia coreana demonstra uma estratégia económica que foi mais além da proteção da indústria nascente. A criação de um regime comercial dualista tinha o objetivo de aumentar o mercado e, conseqüentemente, a procura de bens e assim o rápido crescimento de produtividade que impulsionou a industrialização do país¹² (Amsden, 1989; Grabowski, 1994).

3.4 Política Industrial Seletiva

A existência de um mercado regulado pelo Estado na Coreia, evidencia-se pela implementação de políticas de promoção setorial. Segundo Chang (1993), a importância da aplicação de uma política industrial seletiva justifica-se pelo impacto insuficiente e incerto das medidas de política macroeconómica para a rápida transformação da estrutura industrial. Assim sendo “*o mecanismo de mercado não pode ser inteiramente confiável para o aumento da vantagem competitiva das indústrias*” e, por isso, a necessidade do Estado identificar os setores com elevado potencial de crescimento de produtividade (WP, 1984: 123 citado por Chang, 1993). Complementarmente, a relevância das economias de escala, serve ainda como incentivo para a implementação de uma política industrial

¹² Segundo Amsden (1989), a proteção da indústria nascente e a promoção de exportações possibilitam o rápido crescimento da produtividade através do aumento da taxa de investimento – incorporado na tecnologia importada -, economias de escala e aprendizagem. Verifica-se assim uma dinâmica de casualidade circular e cumulativa entre o aumento da produção e o crescimento da produtividade.

seletiva, particularmente em países com um pequeno mercado doméstico. De forma a assegurar as economias de escala, além da pressão para exportar, as empresas eram sujeitas a controlos estatais sobre os preços, tecnologia e financiamento, mas principalmente na entrada e saída bem como na expansão de capacidade em determinadas indústrias. Aliás, a política industrial seguida nos países do leste asiático tinha uma visão de competição orientada para a produtividade e por esse motivo eram aplicadas estas medidas de maneira a evitar a competição excessiva e assim o desperdício social (Chang, 1993; 2006). Além disso, foram impostos vários programas de reorganização industrial, por meio da imposição de fusões, retirada de capital, retenção de licenças de produção ou recusa de pedidos de resgate. A estratégia industrial coreana estava assente na relação entre o Estado e o setor privado construída sobre um complexo sistema de recompensas e punições além de dependência mútua para a obtenção de objetivos e crescimento económico. Neste quadro, importa destacar a presença de um Estado suficientemente forte e autónomo para a aplicação de penalizações às empresas menos eficientes, evitando que as mesmas se tornassem demasiado dependentes de multinacionais para o desenvolvimento de tecnologia. Por conseguinte, o governo acelerou deliberadamente o processo de concentração industrial como base para a competitividade internacional do país (Onis, 1991).

A abordagem adotada pela Coreia relativamente à gestão financeira do país, particularmente a repressão exercida sobre o sistema financeiro, por meio do controlo dos bancos e fluxos de capitais, constituiu um dos principais pilares da política industrial¹³ (Onis, 1991; Studwell, 2013). O controlo dos bancos comerciais – nacionalizados pelo governo – permitiu ao Estado influenciar a alocação e composição dos fundos investíveis nas indústrias conforme os objetivos de desenvolvimento nacional. Complementarmente, as restrições na entrada e saída de fluxos de capitais fortaleceram o controlo estatal sobre o capital doméstico, mas também impediram interferências dos fluxos de investimento estrangeiro não regulado no planeamento estatal sobre o processo de industrialização (Studwell, 2013). A rigidez da política financeira permitiu a redução do risco, o crescimento da taxa de poupanças financeiras e, por conseguinte, o aumento da capacidade tecnológica industrial. Além disso, o controlo das fontes de crédito contribuiu para a subordinação das finanças à expansão industrial o que se traduziu em maiores

¹³ O sistema bancário era pouco diversificado e as instituições financeiras não bancárias eram reduzidas e pouco desenvolvidas. As principais fontes de crédito consistiam nos bancos comerciais e, em menor extensão, o “*curb market*” – mercado financeiro não regulado (Wade, 1990).

estímulos do governo a setores selecionados bem como o maior envolvimento do Estado na gestão das empresas destinatárias desses incentivos.

Segundo Lee et al. (2012) e Kim (1991), numa primeira fase, a política industrial coreana estava focada no aumento das exportações, particularmente, mas não exclusivamente, de bens da indústria manufatureira ligeira, tais como têxteis, vestuário, calçado, madeira compensada e aparelhos eletrónicos simples bem como no crescimento sustentado da produtividade do trabalho. O setor industrial intensivo em trabalho era o eixo do desenvolvimento económico e, por isso, favorecido na distribuição de recursos. Tradicionalmente, a indústria manufatureira desempenha um papel crucial para a convergência da produtividade dos países em desenvolvimento, sendo caracterizada como “*o principal motor do crescimento e desenvolvimento económico*” (Szirmai, 2011: 5). Isto porque o rápido crescimento industrial provoca um incremento na produtividade de outros setores económicos devido à grande capacidade do setor manufatureiro para a criação de ligações a montante e a jusante bem como para a criação de externalidades (Szirmai, 2011). Adicionalmente, Szirmai (2011) destaca o potencial da indústria manufatureira para alcançar elevados níveis de acumulação de capital bem como economias de escala e progresso tecnológico. Posto isto, a concentração do investimento em setores com poucos requisitos de capital constitui um importante determinante do sucesso industrial da Coreia na década de 1960, dado que os bens manufaturados ligeiros tinham uma elevada procura internacional, permitindo a expansão do mercado agregado (Woo & Sul, 2000). No entanto, os maiores enviesamentos setoriais, por meio de vários instrumentos de política intervencionista, foram verificados após o governo decidir aprofundar a estrutura industrial da Coreia com o grande impulso às HCI e, conseqüentemente, expandir de forma drástica a formação de capital fixo nessas indústrias. As medidas aplicadas no decurso dos dois primeiros planos quinquenais (1962-1971), resultaram num aumento da taxa de crescimento do PIB, entre 8% e 13% ao ano, além do aumento da participação da indústria no PNB, de 13,6% para 20,4%. Apesar da maior parte das exportações se concentrar em bens de baixo valor acrescentado, a participação das exportações no PNB aumentou de 4,1% para 29,3% (Lee et al., 2012).

A indústria coreana de veículos ligeiros exemplifica a ação estatal no desenvolvimento de uma indústria identificada como prioritária. Com o estabelecimento da primeira fábrica na linha de montagem de automóveis estrangeiros em 1962, o governo implementa medidas de proteção ao mercado doméstico relativamente à importação de

veículos estrangeiros, permitindo apenas a entrada no mercado de fabricantes estrangeiros através de *joint-ventures* com empresas nacionais. Adicionalmente, foram aplicadas isenções tarifárias às importações de peças e componentes bem como isenção de impostos nas empresas nacionais (Lima, 2015). Após uma fusão, guiada pelo governo, entre os dois fabricantes de veículos ligeiros existentes no mercado, foi permitida a entrada de mais três participantes no final da década de 1960 – *Hyundai*, *Asia* e *Kia* que se juntaram à *Shinjin* -, apesar do pequeno mercado doméstico, onde eram vendidas menos do que 20 000 unidades por ano (Wade, 1990). Até este ponto, a estratégia do governo passava pela aprovação de acordos com empresas estrangeiras – como a *Toyota* – para a aquisição de tecnologia bem como a implementação de programas para aumento de conteúdo doméstico. Em resultado do impulso fornecido às indústrias intensivas em capital, o plano do governo para a indústria automóvel evoluiu para o desenvolvimento de modelos automóveis nacionais¹⁴. Por conseguinte, os três fabricantes presentes no mercado - *Hyundai* e *Daewoo* (antiga *Shinjin*) e *Kia* – receberam orientação estatal para definir objetivos de exportação. Além disso, foram incentivados a estabelecer preços de exportação abaixo dos custos de produção e, em contrapartida, tiveram permissão para aumentar os preços das vendas domésticas¹⁵. Devido a uma deteriorização das condições económicas domésticas e internacionais no início da década de 1980, o governo aplicou um programa de reorganização do setor e, por conseguinte, a *Kia* foi forçada a sair do mercado de veículos ligeiros, regressando apenas em 1987.

¹⁴ A *Asia* foi forçada pelo governo a sair do mercado por não ter entregado um plano para o desenvolvimento de veículos ligeiros nacionais. Posteriormente, a empresa foi adquirida pela *Kia* (Chang, 2006).

¹⁵ Em 1979, o *Hyundai Pony* tinha um custo de US\$3.700, era vendido no mercado doméstico a US\$5.000 enquanto que nos mercados externos era vendido a US\$2.200 (Chu 1987:205 citado por Wade, 1990).

4. Distorção de Preços Relativos

O avanço económico da Coreia evidencia o papel do Estado intervencionista que procura, deliberadamente, criar distorções de preços relativos através do estabelecimento de múltiplos preços no mesmo mercado ou “*preços errados*” (Amsden, 1989). De outra forma, podemos dizer que por meio de interferências no mercado que afetam de maneira significativa os preços relativos, estes ficam desviados do equilíbrio do mercado livre. Neste âmbito, evidencia-se o impacto das distorções na taxa de juro real e, em menor extensão, na taxa de câmbio estrangeira para a expansão económica da Coreia. Estas distorções verificam-se na atribuição de crédito de longo prazo subsidiado às empresas exportadoras, mas também quando estas recebem permissão para a venda no mercado doméstico a preços inflacionados, ou seja, distorcidos pela existência de barreiras tarifárias e não tarifárias, como forma de compensação quando as vendas no exterior não eram lucrativas (Amsden, 1989; Lee et al., 2012).

As medidas de promoção setorial conseguiram de forma eficaz afetar as decisões de investimento e, assim, alterar o comportamento do mercado de acordo com os objetivos estatais. No entanto, a existência de um governo capaz de exercer pressão e disciplina sobre as empresas privadas, permitiu que os subsídios e os níveis de proteção fossem significativamente mais baixos e simultaneamente mais eficazes. O Estado conseguiu dessa forma socializar o risco e induzir a um maior nível de investimento e, por conseguinte, maior produtividade bem como maior estabilidade, aprofundamento industrial e expansão das exportações, sem necessidade de maiores distorções de preços relativos (Amsden, 1989). Assim, e segundo Chang (1993), a transição industrial na Coreia foi alcançada por meio de uma eficiência dinâmica de longo prazo através da criação de rendas estatais em alternativa à eficiência estática de curto prazo, ou seja, a obtenção de “*preços certos*”¹⁶.

¹⁶ O argumento neoclássico, por outro lado, defende que a intervenção do Estado deve ser mínima e apenas para eliminar as distorções de mercado, sendo estas as responsáveis pelo atraso económico dos países em desenvolvimento (Amsden, 1989).

5. Enquadramento Macroeconómico

No contexto da política industrial coreana, o progresso tecnológico industrial tinha prioridade sobre a estabilidade macroeconómica e, mesmo em períodos de crise, os setores considerados prioritários tinham sempre garantia de financiamento em detrimento dos setores não prioritários. Deste modo, Chang (1993) evidencia no processo de industrialização o emprego de medidas económicas de carácter expansionista – política macroeconómica pró-investimento – para a criação de um ambiente propício ao elevado e sustentado nível de investimento. Apesar disso, o autor ressalva a insuficiência do investimento para o aprimoramento da estrutura industrial num curto espaço de tempo, na ausência de uma política industrial focada em setores com potencial de elevado crescimento de produtividade. Em contrapartida, Rodrik (1995) destaca o rápido e grande aumento do investimento durante a década de 1960 – em virtude do aumento da poupança interna e externa do país -, particularmente no âmbito das infraestruturas e capital humano, como verdadeiro impulsionador do desenvolvimento económico do país. Isto deve-se ao facto de que, um aumento no investimento resultava num aumento de importações de bens de capital e, conseqüentemente, um aumento nas exportações de forma a aumentar as reservas de moeda estrangeira necessárias para financiar essas importações. O autor destaca ainda as duas principais formas de subsídios ao investimento: extensão de crédito a taxas de juros reais negativas – “*policy loans*” -, e a socialização do risco de investimento em setores selecionados. Estes mecanismos possibilitavam a coordenação direta do Estado sobre as decisões de investimentos, ou seja, a orientação do setor privado para investimentos que não ocorreriam sem a intervenção do governo. A Coreia verificou assim uma considerável expansão do stock de capital fixo na medida em que a taxa de formação de capital fixo, em relação ao PNB, passou de 8,4% em 1961, para 27% em 1969 e para 38,7% em 1991. Estes valores, além de se revelarem superiores ao produto nacional, permitiram o crescimento elevado e contínuo da economia e, portanto, demonstram a relação entre a formação de capital fixo e o rápido crescimento económico (Souza & Yoon, 2001).

O crescimento da poupança interna - em resultado de medidas de restrição no consumo de bens de luxo, controlo dos fluxos de saída de capitais e falta de assistência social -, a atribuição de crédito subsidiado e o aumento dos salários no setor manufatureiro contribuíram significativamente para a elevada taxa de inflação que marcou o período de desenvolvimento económico do país – entre 15% a 20% ao ano, entre 1960-1980

(Studwell, 2013). Complementarmente, Souza & Yoon (2001) concordam que a inflação, até ao final da década de 1970, foi uma consequência do excesso de procura, por sua vez resultado do rápido crescimento. No entanto, esta elevada inflação era tolerada desde que os exportadores conseguissem aumentar os preços de venda de acordo com a inflação doméstica (Studwell, 2013). O país teve ainda a necessidade de financiar grande parte dos seus projetos industriais através de empréstimos estrangeiros, tendo uma rápida subida da dívida externa durante a década de 1970, coincidindo com o grande impulso às HCI. Não obstante, esta tendência de crescimento da dívida não gerava preocupação para o governo tendo em consideração o elevado crescimento das exportações, mas também porque o crédito estava a ser usado para fins produtivos¹⁷ (Amsden, 1989).

A experiência da Coreia demonstra que mesmo sacrificando alguma da sua estabilidade macroeconómica, essencial para o incentivo ao investimento privado em projetos arriscados e com poucos retornos a curto prazo, o país conseguiu manter a sua tendência de crescimento de longo prazo em resultado da ação estatal. Assim sendo, importa referir que, apesar das políticas económicas audaciosas, o controlo estatal permitiu amenizar as consequências negativas decorrentes das mesmas. Isto acontecia devido à disciplina exercida pelo Estado sobre os destinatários dos subsídios que garantia o aumento e a aplicação dos excedentes investíveis em atividades económicas produtivas e, por conseguinte, o menor desperdício de recursos. Além disso, tendo em conta que a produção industrial enfrenta um nível relativamente elevado de competição, o investimento industrial tendia a ser mais produtivo do que redistributivo e, portanto, o governo incentivava a acumulação de capital industrial e a utilização do mesmo sem restrições (Wade, 1990).

¹⁷ Apesar dos grandes pedidos de empréstimos ao estrangeiro para o financiamento das HCI, durante a década de 1970, o rácio dívida/PIB permaneceu relativamente constante (Amsden, 1989).

6. Vantagem Comparativa: Salários e Força de Trabalho

O processo de industrialização de um país, de acordo com a teoria tradicional, depende da quantidade de vantagens comparativas dessa economia, sendo estas constituídas pelos elementos que aumentam a competitividade internacional da força de trabalho, tais como matérias-primas, capital físico, competências e tecnologia (Hikino et al., 1995). Na fase inicial da expansão económica da Coreia, a vantagem comparativa do país consistia numa abundante força de trabalho relativamente qualificada, diligente e barata, justificando assim a aposta na indústria manufatureira intensiva em trabalho para a criação de competitividade (Rodrik, 1995; Kim, 1991).

Apesar da vantagem comparativa fornecida pelos baixos salários, crucial para a integração nos mercados externos, a reduzida taxa salarial do país não pode ser considerada o motor dinâmico do crescimento económico a longo prazo (Amsden, 1989). Esta afirmação tem por base a tendência para o rápido aumento dos salários reais e a perda de competitividade das indústrias intensivas em trabalho, para outros países em desenvolvimento com salários ainda mais reduzidos, à medida que decorre o progresso industrial. Assim, com o rápido crescimento do PIB e acumulação de capital ocorre a transição para indústrias mais intensivas em capital, com maior necessidade de trabalho indireto, por sua vez mais escasso em países economicamente atrasados. Aliás, Haggard & Moon (1990) constata que, a partir do final da década de 1970, a Coreia sofreu uma elevada inflação e diminuição da sua capacidade de competir internacionalmente, em parte devido aos aumentos salariais que excederam os ganhos de produtividade. Além disso, os salários comparativamente mais reduzidos da economia coreana não constituíam um instrumento competitivo adequado para enfrentar os elevados níveis de produtividade – além da maior proteção – dos países avançados, mesmo nas indústrias intensivas em trabalho, estando estes países mais bem equipados em termos de infraestruturas, mão-de-obra qualificada e capital (Hikino et al., 1995).

Tendo em consideração que o crescimento económico do país teve por base um intensivo processo de aprendizagem da tecnologia que ocorreu ao nível da produção das fábricas, a força de trabalho apresentava-se como um elemento fundamental para a aquisição e adaptação dos recursos de conhecimento das empresas. Por este motivo, a força de trabalho não era considerada apenas um custo, mas em contrapartida era incentivada para o exercício das suas competências. Assim, segundo Amsden (1989), o

aumento dos salários serviu de estímulo para o crescimento da produtividade e estabilidade laboral, por sua vez essenciais para o incentivo ao investimento privado. Além disso, a autora destaca a importância dos engenheiros e gestores assalariados para a transferência e domínio da tecnologia estrangeira e, complementarmente, o grande investimento estatal na educação e formação de capital humano, com foco na educação técnica e vocacional.

A Coreia apresentava um mercado de trabalho significativamente segmentado – dispersão salarial entre setores, empresas e gênero -, onde existia uma carga de trabalho diária muito elevada e uma fraca organização dos trabalhadores. Neste sentido, Amsden (1989) argumenta que a combinação de salários reduzidos com o rápido aumento dos mesmos, mas também a discriminação salarial face à força de trabalho feminino contribuíram para o dinamismo do crescimento económico coreano. Deste modo, enquanto que a força de trabalho feminino estava concentrada na indústria manufatureira intensiva em trabalho, permitindo que o país mantivesse a sua vantagem comparativa e assim o crescimento das exportações, a força de trabalho masculino empregada principalmente nos setores intensivos em capital e competências, foi aquela que beneficiou dos aumentos salariais.

Ainda assim, evidencia-se a relevância da atribuição de subsídios estatais e, portanto, a distorção de preços relativos, como forma de reduzir os custos de produção e estimular as exportações e, por conseguinte, criar emprego. Além disso, estes incentivos motivavam as empresas a fornecer formação técnica aos seus trabalhadores bem como a difusão do ensino formal com o objetivo de garantir a independência das empresas domésticas face às multinacionais para aquisição e aprendizagem da tecnologia estrangeira (Bustelo, 1996). Posto isto, Hikino et al. (1995: 9) concordam que uma das condições necessárias para o progresso industrial de países de industrialização tardia traduz-se na existência de uma *“intervenção sistemática e bem coordenada do Estado que promova o investimento na indústria manufatureira”*. Nesta perspetiva, também Haggard & Moon (1990) destacam a influência do governo, particularmente as suas capacidades organizacionais e mesmo coercivas, para conter o crescimento dos salários por meio de políticas estatais e controlo da atividade das uniões laborais.

7. Transição para a Indústria Pesada e Química

A intervenção estatal na Coreia tinha como propósito a construção de uma economia independente, sendo para isso necessária a diminuição dos défices na balança de pagamentos. Neste sentido, era essencial o aumento do nível de capacidade tecnológica do país e, por conseguinte, da produção de bens de capital (Chang, 1993; 2006). Além disso, a transformação da estrutura industrial justifica-se ainda pela alteração da vantagem comparativa da economia coreana à medida em que aumentam os salários, mas também a acumulação de capital, o que leva à competição com base nas instalações modernas, competências e novos concorrentes comerciais. Posto isto, e de forma a evitar a estagnação do crescimento das exportações, o governo compreendeu a necessidade de construir uma indústria pesada e química moderna como estratégia de estímulo ao processo de industrialização. No entanto, apesar das considerações de carácter económico, o principal motivo para o impulso às HCI, estava relacionado com questões de segurança nacional devido ao aumento da violência por parte da Coreia do Norte e à mudança da política externa americana na Ásia (Horikane, 2005).

Numa segunda fase da política industrial e, particularmente a partir do terceiro PQDE (1972-1976), o governo coreano lança um plano de promoção estratégica de seis HCI, nomeadamente a indústria do aço, metais não ferrosos, maquinário – incluindo a fabricação de automóveis -, eletrónica, construção naval e petroquímica¹⁸ (Lee et al., 2012). O rápido crescimento económico resultou numa transformação radical na estrutura industrial do país na medida em que as atividades primárias que representavam cerca de 40% das atividades económicas totais em 1962-1964, declinaram para 18,3% em 1980, enquanto que a indústria manufatureira e a mineração aumentaram de 18,1% para 30% (Kim, 1991). Os setores escolhidos para promoção estatal eram considerados como a espinha dorsal de uma economia industrial moderna (Kim, 1991) e, portanto, o governo adotou uma postura proativa em relação ao investimento de projetos de HCI. Desta forma, o governo assumiu riscos financeiros que os empreendedores privados evitavam devido à incerteza relacionada com a limitada experiência das atividades destes setores, explicando o reduzido investimento privado nesses projetos – cerca de 30% (Lee et al., 2012). Por conseguinte, a promoção dessas indústrias teve por base um forte apoio

¹⁸ A construção das HCI era uma das metas prioritárias do segundo PQDE (1967-1971), mas não teve sucesso devido à escassez de recursos financeiros e tecnologia no país (Horikane, 2005).

financeiro por parte do Estado, através do *National Investment Fund* (NIF) e dos “*policy loans*”, mas também por meio de uma política fiscal que permitiu a criação de um regime fiscal favorável a essas indústrias¹⁹ (Lee et. al., 2012). Assim sendo, Amsden (1989) salienta que a expansão industrial verificada durante o período de promoção das HCI foi efetuada através do aprofundamento de capital – ou aumento do rácio capital/trabalho – tendência contrária à verificada na indústria manufatureira ligeira, na qual a expansão foi efetuada através da extensão do capital – ou multiplicação das unidades de produção com o mesmo rácio de capital/trabalho. Além disso, a expansão das HCI através do aprofundamento do capital exigiu mais capacidade tecnológica e competências, mas também crescimento de produtividade e competição que sustentaram a ampla diversificação industrial.

De acordo com Lee et al. (2012), o apoio estatal à reestruturação industrial tinha como objetivo a maximização das economias de escala além da construção da capacidade tecnológica do país. Para isso, o governo incentivava a implementação de poucas instalações de produção especializadas com uma escala internacionalmente competitiva em cada setor bem como o financiamento de projetos de HCI com capital acionário doméstico. Adicionalmente, persistiam grandes restrições ao IDE como forma de limitar o controlo estrangeiro no setor industrial coreano²⁰. Posto isto, evidencia-se uma dinâmica de grande acumulação de capital destinada ao desenvolvimento de novas indústrias além do aumento na substituição de importações secundárias e aumento na substituição das exportações, comprovando assim a orientação estatal da economia. Aliás, as medidas de promoção setorial, particularmente às HCI, mantiveram-se relevantes na medida em que a ausência destas indústrias traduzir-se-ia num aumento das importações em resultado do aumento no investimento (Wade, 1990). O forte envolvimento do Estado em várias HCI contribuiu para demonstrar o seu compromisso de longo prazo com a transição industrial, resultando numa diminuição progressiva do investimento estatal em virtude do aumento da participação do setor privado e, complementarmente, a participação destas indústrias no setor manufatureiro passou de 37,9% em 1972 para 58,3% em 1979 (Lee et al., 2012). Por outro lado, a taxa de crescimento real de

¹⁹ O NIF (1974) tinha como objetivo financiar as HCI a taxas de juros favoráveis. Assim, enquanto que a taxa de juro de bancos comerciais era de 15%, a taxa de juro de um financiamento disponibilizado pelo NIF para projetos de HCI era de 9% (Cho, 1997 citado por Lee et al., 2012).

²⁰ Entre 1962-1983, a percentagem de IDE nos fluxos totais de capitais estrangeiros – com exceção da ajuda externa – era de apenas 5% (Amsden, 1989).

exportações, em torno de 40% no período de 1962-1972, passou para cerca de 28%, no período de 1972-1979, quando ocorre a transição para as HCI (Amsden, 1989). Apesar disto, o nível de exportações continuava a ser considerado elevado, tendo em consideração que a composição industrial da produção tinha sido radicalmente transformada. Importa ainda referir que em 1971, a participação das exportações de bens manufaturados das HCI era de apenas 14%, aumentando para 38% em 1979 e depois para 60% em 1984 (Amsden, 1989).

Indústria do Aço – POSCO

A criação da empresa *Pohang Iron and Steel Company* em 1968 – POSCO – representa um marco da transição industrial da Coreia, tendo sido um caso de liderança estatal bem sucedido e um catalisador do crescimento de outras indústrias domésticas (Wade, 1990). A aposta do governo na indústria do aço – intensiva em capital e competências, com custos sensíveis à escala e necessidade de fontes de abastecimento de recursos naturais -, foi encarada com bastante ceticismo em virtude da escassez de capital e tecnologia além do pequeno mercado doméstico e forte concorrência do Japão, resultando por isso em grandes dificuldades na obtenção de financiamento para o projeto (Lee & Lee, 2009). No entanto, o governo conseguiu a construção da fábrica de produção integrada de aço e ferro, com recurso às compensações financeiras do Japão – pela ocupação da Coreia -, sendo um dos maiores investimentos estatais durante o processo de industrialização. Apesar de ser considerada uma corporação privada por lei, o governo era acionista da POSCO, permitindo que a empresa tivesse à sua disposição uma base estável de apoio financeiro e subsídio (Horikane, 2005). Aliás, na opinião de Amsden (1989), a criação da vantagem comparativa da Coreia na produção de aço teve por base a intervenção estatal e uma abordagem de longo prazo para a maximização de lucros na POSCO, numa lógica que claramente ultrapassa as forças de mercado. Nesta perspetiva, evidencia-se a ação estatal no fornecimento de assistência em capital, incentivos fiscais e subsídios para a construção de infraestruturas além da implementação de medidas que garantiram um elevado nível de procura doméstica de aço e, conseqüentemente, permitiram a criação de escala.

Com o início da produção em 1973, e sob liderança de Park Tae-Joonum, antigo general do exército – com quase nenhuma experiência empresarial e –, sem ligação a

qualquer grande grupo empresarial coreano, a POSCO procurava o fortalecimento da base industrial de defesa bem como de exportações de elevado valor acrescentado. Assim, apesar da grande procura doméstica, manteve-se a aplicação da disciplina exportadora dado que a empresa não só era encorajada a exportar por meio de subsídios estatais, mas também para adquirir moeda estrangeira de forma a liquidar os débitos externos que financiaram as fases posteriores de expansão. Além disso, a expansão das exportações continuava a ser crucial para garantir a utilização de toda a capacidade produtiva da indústria bem como para aumentar o mercado agregado potencial (Studwell, 2013; Amsden, 1989).

A POSCO tornou-se uma siderúrgica tecnologicamente moderna com métodos de produção automatizados e grandes investimentos no processo de aprendizagem. Desta forma, conseguiu beneficiar de economias de escala e elevada produtividade por meio da política industrial seletiva e, por conseguinte, revelou-se bastante eficiente e competitiva. Segundo Kim (1991), a capacidade total de produção de aço na Coreia alcançou cerca de 90% do mercado doméstico em 1981, além da exportação de bens siderúrgicos, tornando-se um dos maiores produtores de aço do mundo. O estabelecimento de uma grande siderurgia que produzia bens de elevada qualidade e preços reduzidos – entre 10% a 20% mais baixos do que os bens importados (Lee & Lee, 2009) – contribuiu para a promoção estatal de outros setores consumidores de aço. Dentro destes encontrava-se o setor da construção naval, automóvel, maquinaria e construção, contando ainda com o recurso ao trabalho qualificado, restrições tarifárias e apoio financeiro, numa dinâmica que sinaliza a transição para as HCI. Aliás, a elevada procura e, portanto, a expansão desta indústria, contribuiu para o aumento da procura de bens de indústrias a montante, permitindo assim o cumprimento dos requisitos de conteúdo doméstico impostos pelo Estado. Complementarmente, a POSCO aplicou um processo intensivo de aprendizagem que teve por base a cooperação técnica japonesa, acompanhada por um forte investimento interno na forma de programas de formação aos trabalhadores, até mesmo no estrangeiro, além de incentivos para a atração de trabalhadores qualificados e promoção do ensino. A importância do processo de aprendizagem, combinada com uma abordagem de práticas de gestão com foco na área de produção das fábricas, permitiram que as melhorias na produtividade fossem compatíveis com os aumentos salariais (Amsden, 1989).

8. Estado Desenvolvimentista

O processo de desenvolvimento económico da Coreia e, particularmente a atuação do Estado, inseriu-se no modelo de Estado Desenvolvimentista Capitalista²¹. Assim, verificou-se no país um “*monopólio virtual de poder político num único partido ou instituição por um longo período de tempo*” (Johnson, 1982 citado por Wade, 1990: 26) e a centralização do poder no ramo executivo do governo (Haggard et al., 1991). Este governo estava focado na formação de capital e, conseqüentemente, no desenvolvimento económico definido em termos de crescimento, produtividade e competitividade, em detrimento do bem-estar e igualdade social. De acordo com a teoria do mercado regulado de Wade (1990), o principal mecanismo económico do Estado Desenvolvimentista é a utilização do poder estatal para aumentar os excedentes investíveis da economia e direcioná-los para as indústrias de importância estratégica que seriam, posteriormente, expostas à competição internacional. Complementarmente, existe um elevado grau de cooperação entre o Estado e o setor privado, principalmente os grandes grupos de negócios, refletida no processo de formulação de políticas (Jones & Sakong, 1980) e assente num princípio de reciprocidade (Amsden, 1989). Além disso, a intervenção estatal não excluía a propriedade privada nem o mercado.

Um conjunto de dispositivos políticos autoritários-corporativistas – segundo definição de Wade (1990) – permitiram ao governo exercer influência sobre a tomada de decisão sobre o investimento e, assim, manter um papel de liderança na industrialização do país²². O poder centralizado deveu-se, em parte, à existência de uma sociedade civil fracamente organizada – em resultado de grandes deslocamentos sociais -, apesar do capital humano qualificado e de uma redistribuição de rendimentos relativamente equitativa que contribuíram para a limitação da ação dos grupos de pressão ao governo (Rodrik, 1995). Outros fatores históricos e sociais devem ser considerados nomeadamente as ameaças militares externas e a predominância de uma população homogénea - em termos de etnia, cultura e língua - com um forte sentimento nacionalista e respeito pela

²¹ Modelo elaborado por Chalmer Johnson (1982, citado por Wade, 1990; Onis, 1991) tendo por base os mecanismos institucionais comuns nas economias capitalistas do leste asiático de elevado crescimento.

²² O corporativismo autoritário envolve a colaboração institucionalizada entre o Estado e as elites de empresários privados no processo de formulação e implementação de políticas, acompanhada por uma forte repressão dos grupos populares e a exclusão da força de trabalho do campo político (Onis, 1991).

autoridade, características herdadas da tradição confucionista (Wade, 1990; Souza & Yoon, 2001).

Houve uma redefinição da vantagem comparativa da Coreia por meio de um planejamento estatal contínuo além da consistência e implementação eficaz das políticas económicas (Souza & Yoon, 2001). O governo serviu como mediador do mercado para a realocação de recursos para o aumento da produção, investimento e procura enquanto que, simultaneamente, recusava investimentos estrangeiros a fim de impedir intervenções externas na economia coreana. Além disso, adotou um papel tanto de investidor como empreendedor através da aplicação de várias medidas de promoção às indústrias nascentes e exportações (Amsden, 1989), conseguindo assim a remoção das falhas de coordenação presentes no mercado²³ (Rodrik, 1995).

A formulação e implementação de políticas estatais foi facilitada pela existência de uma elite burocrática económica, constituída por poucas pessoas recrutadas de forma meritocrática, com bastante experiência e formação, particularmente na área de engenharia. Neste quadro, a expansão industrial da Coreia foi garantida pela concentração de decisões políticas, relativas ao comércio externo e à indústria, numa única agência governamental criada em 1961, o *Economic Planning Board* (EPB). De acordo com Haggard et al. (1991), esta agência piloto apresentava elevados poderes na administração pública, com grande influência sobre a oferta monetária e a política industrial, o que denota a sua posição central no governo. O EPB, enquanto elemento essencial do Estado Desenvolvimentista, tinha capacidade financeira e autonomia para preservar as prioridades nacionais e regular o mercado. Sendo responsável pela coordenação dos PQDEs, o objetivo primordial desta agência era a construção de uma estrutura industrial com competitividade internacional. Para isso, contribuía com um forte apoio burocrático e assistência para a aquisição tecnológica bem como através da organização de iniciativas de pesquisa no setor público ou comissões público-privadas além de conferências mensais sobre o progresso das exportações (Studwell, 2013; Dall'Acqua, 1991).

²³ Segundo o Rodrik (1995), a intervenção estatal conseguiu eliminar as falhas de coordenação que persistiam na presença de condições de mercado descentralizadas, ou seja, o desequilíbrio entre a abundante oferta de trabalho qualificado e a baixa dotação de capital que tornavam o setor industrial pouco viável.

9. Setor Privado – *Chaebols*

A organização industrial na Coreia e a influência do governo, principalmente a partir da década de 1960, esteve concentrada nos grupos de negócios diversificados de larga escala – conglomerados ou *Chaebols*. Estes grupos de negócios são compostos por uma grande quantidade de empresas independentes, horizontalmente ou verticalmente integradas na estrutura industrial. Por conseguinte, estas empresas mantêm relações económicas entre si bem como sistemas administrativos comuns, enquanto que a propriedade e controlo financeiro do grupo encontra-se na esfera da família fundadora²⁴ (Kim, 1991; Murillo & Sung, 2013). Os conglomerados coreanos possuem um elevado nível de gestão centralizada, onde as empresas são administradas através de hierarquias de gestores assalariados, por sua vez responsáveis pela implementação das decisões de investimento. Os *Chaebols* surgiram, sobretudo, por meio da estreita relação entre o governo e o setor privado. O Estado incentivou a formação de grandes grupos empresariais com atuação em diversos setores para um maior alcance internacional, tornando os *Chaebols* no principal instrumento para a convergência industrial do país. Destaca-se também a importância da cooperação americana e japonesa – através da aquisição de bens coreanos e transferência de tecnologia – bem como o forte e dinâmico espírito empreendedor dos empresários coreanos (Masiero, 2000; Wade, 1990). O rápido crescimento destes grupos de negócios, assegurado por políticas estatais e grandes investimentos em capital, contribuiu para a criação de uma estrutura de mercado bastante concentrada na forma de oligopólios. No entanto, predominava um grande incentivo à competição oligopolista, na medida em que as empresas líderes enfrentavam uma concorrência intensa, tanto de empresas nacionais como internacionais, além de um forte controlo nos preços exercido pelo EPB. Deste modo, numa fase inicial do processo de industrialização, os *Chaebols* competiam com base em fatores não-preço, nomeadamente apoio estatal bem como em trabalhadores qualificados e qualidade na produção e venda de bens (Amsden, 1989).

O crescimento dos *Chaebols* envolveu um processo de expansão interna, por meio de investimento nas fábricas, trabalhadores e tecnologia bem como um processo de diversificação, essencialmente por intermédio de incentivos estatais, como licenças

²⁴ Os *Chaebols* funcionam através de um sistema de *cross-shareholding*, onde as empresas dentro do mesmo grupo compartilham ações umas com as outras, o que permitia o controlo da família fundadora bem como impedia a interferência de terceiros (Murillo & Sung, 2013).

industriais em setores mais lucrativos e exclusividade em grandes projetos (Amsden, 1989). Aliás, de acordo com Kim (1991), as políticas de promoção à integração industrial revelaram-se necessárias para a entrada da Coreia em setores mais avançados – e com maior risco associado –, permitindo o desenvolvimento das HCI. Importa ainda referir, como marca específica da (ampla) diversificação dos conglomerados coreanos, o facto desta se ter traduzido em múltiplas linhas de produção e mercados diferenciados, principalmente em indústrias não relacionadas, passando a predominar no mercado, numa fase posterior, uma competição com base no fator preço²⁵ (Amsden, 1989). Posto isto, evidencia-se o peso dos *Chaebols* na economia coreana – sobretudo, os 10 maiores no período 1973-1978 –, tendo em consideração que a contribuição dos mesmos para o PIB do país, foi de 14% em 1973, aumentando para 23,4% em 1978 (Kim, 1991). Complementarmente, a expansão económica dos *Chaebols* incentivou também a emergência do sistema de subcontratação, particularmente das pequenas empresas. Apesar das reduzidas margens de lucro das empresas de pequena escala, tendo em conta que estas serviam principalmente o mercado doméstico, em termos de crescimento e eficiência, o sistema de subcontratação revelou-se essencial. Assim, este sistema mostrou-se um importante meio de transferência de práticas de gestão assalariada – cuja eficiência constituía uma das forças competitivas da Coreia – bem como de técnicas de produção dos *Chaebols* para a restante economia produtiva (Amsden, 1989).

A cooperação entre Estado e *Chaebols* foi uma das variáveis significativas para o êxito da expansão industrial da Coreia. Destaca-se assim a utilização do poder discricionário do governo para compelir os grandes grupos de negócios a competir internacionalmente em troca de incentivos estatais, num dinâmica que revela o papel do Estado como principal empreendedor. Isto atesta o argumento de Studwell (2013:87) segundo o qual “*o desenvolvimento é, portanto, um empreendimento totalmente político*”. Posto isto, apesar de económica e politicamente poderosos, os *Chaebols* não eram imunes à disciplina estatal embora fossem privilegiados no esquema de subsidiação (Chang, 2006). Por outro lado, as empresas públicas mostraram-se também relevantes, sobretudo para aumentar a lucratividade do investimento privado (Rodrik, 1995). Neste sentido, as empresas do setor público eram criadas, essencialmente, para servir como infraestruturas

²⁵ De acordo com Amsden (1989), a ampla diversificação em indústrias não relacionadas prende-se com a inexperiência das empresas – ausência de tecnologia própria e *inputs* – bem como o reduzido tamanho do mercado doméstico. Tudo isto apresentava riscos para a aposta na especialização e diferenciação do produto com base na qualidade.

industriais e assegurar o fornecimento doméstico de *inputs* aos produtores do setor privado. Por este motivo, o Estado estabeleceu várias empresas públicas em indústrias básicas com “*elevado nível de ligações diretas, alta intensidade de capital, larga escala, concentradas no mercado e produção de bens não transacionáveis ou substitutos de importações em alternativa às exportações*” (Jones & Sakong, 1980:154-155).

10. Considerações Finais

Nesta investigação procurou-se compreender a dimensão e os efeitos da intervenção do Estado na estrutura económica da Coreia, destacando as suas idiossincrasias, durante o processo de industrialização do país. Com o estudo desenvolvido sobre a experiência coreana, constata-se que a intervenção estatal foi decisiva para o rápido e elevado crescimento económico. A Coreia apresentou um desenvolvimento económico liderado pelas exportações, sendo inegável a importância da intensa dinâmica exportadora do país, a partir da década de 1960. No entanto, evidencia-se a presença de uma economia de mercado, onde era reconhecida a propriedade privada, mas cujo dinamismo era regulado pelo Estado. A atuação estatal, caracterizada por um intervencionismo setorial, com recurso à criação deliberada de distorções de preços relativos, tinha como foco a acumulação de capital para a expansão industrial em detrimento da alocação eficiente de recursos e maximização de lucros.

Ao longo do presente trabalho foram apontadas as principais áreas de intervenção estatal, interligadas entre si, nomeadamente o setor agrícola, o setor da indústria manufatureira e o setor financeiro. O papel do Estado na expansão económica da Coreia, enquanto objeto desta investigação, evidencia um conjunto de elementos distintivos e determinantes do sucesso do processo de industrialização do país. A reforma agrária permitiu uma reestruturação económica e política, por meio da transferência de recursos do setor agrícola para o setor industrial e da diminuição dos grupos de pressão ao governo, além de ter contribuído para uma invulgar distribuição de rendimentos relativamente equitativa. O fortalecimento e centralização do poder estatal possibilitou o planeamento e a implementação eficaz de políticas económicas consistentes que, em pouco tempo, conseguiram alterar a vantagem comparativa do país da indústria manufatureira intensiva em trabalho para a indústria manufatureira intensiva em capital e competências. O Estado conseguiu concretizar de forma singular, mas bem sucedida, um regime comercial dualista, combinando proteção do mercado doméstico com promoção das exportações de bens manufaturados. Esta estratégia económica estimulou o crescimento das indústrias nascentes, através de um processo de aprendizagem de tecnologia estrangeira importada e exploração de economias de escala, tornando as mesmas internacionalmente competitivas. Complementarmente, destaca-se na intervenção estatal a aplicação de mecanismos de disciplina sobre o setor privado, sobretudo na indústria exportadora, além de um forte incentivo à competição, que contribuíram para a manutenção do foco da

iniciativa privada no desenvolvimento económico do país. Aliás, o exercício da disciplina exportadora revelou-se crucial para a repercussão positiva dos esquemas de proteção e subsídição às indústrias nascentes. Para este propósito, foi fundamental o controlo estatal sobre o sistema financeiro, como base para a execução de uma política industrial seletiva, por sua vez essencial para o crescimento dos grandes grupos de negócios diversificados.

A observação das principais estratégias e políticas económicas implementadas na Coreia, oferece um suporte adicional a uma nova visão de economia de mercado onde o Estado assume um papel de liderança no desenvolvimento económico do país. Adicionalmente, este estudo faculta um ponto de partida para a análise da replicabilidade do modelo económico coreano em outros países em desenvolvimento. No entanto, importa referir que a investigação produzida revela algumas limitações. Primeiramente, tentou-se oferecer uma visão ampla sobre a ação estatal na transformação económica da Coreia, o que por sua vez leva à ausência de profundidade na análise de vários aspectos apresentados. Além disso, este trabalho propôs-se ao estudo dos fatores domésticos ou “*boas políticas*” determinantes para a expansão da economia coreana, excluindo os fatores externos favoráveis à aplicação bem sucedida dessas políticas. Posto isto, o presente trabalho apresenta a possibilidade de novos estudos no âmbito do crescimento económico da Coreia. Por um lado, seria útil aprofundar o estudo sobre algumas políticas estatais, como por exemplo, a política de investimento na educação e os seus efeitos. Por outro lado, fica aberta a possibilidade de análise sobre as condições internacionais que favoreceram o processo de industrialização da Coreia. Por último, considera-se que seria interessante a análise das repercussões da subsequente liberalização comercial e financeira, aplicada no país a partir da década de 1980, e particularmente a comparação com o período de maior intervencionismo estatal.

Em resumo, a intervenção estatal na economia coreana contribuiu de forma clara para o aumento da produtividade, por sua vez crucial para o crescimento económico do país numa tendência sustentável e contínua. A experiência coreana demonstra a importância das instituições políticas e económicas – e, sobretudo a forma como ambas se relacionam -, para o processo de industrialização de um país em desenvolvimento. No entanto, salienta-se a presença de um Estado suficientemente forte e autónomo na sua ação, bem como instituições eficientes na gestão da intervenção estatal, para a criação de um ambiente de negócios favorável aos projetos de investimento de longo prazo. Posto isto, num país onde o investimento e as exportações conduziram a atividade económica,

denota-se a relevância do Estado Desenvolvimentista com capacidade e determinação para estimular a acumulação de capital e direcionar o mesmo para a promoção de setores essenciais para a expansão da economia coreana.

Referências Bibliográficas

- Amsden, A. (1989). *Asia's Next Giant – South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press.
- Bustelo, P. (1996). Import Protection in Newly Industrializing Economies: Comparing Brazil and Mexico with South Korea and Taiwan. Documento de Trabalho da Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales N° 27. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/26774/1/9627.pdf> (Acesso em: 10/09/2021).
- Chang, H. (1993). The Political Economy of Industrial Policy in Korea. *Cambridge Journal of Economics* 17 (2), pp. 131-157.
- _____ (2006). *The East Asia Development Experience – The Miracle, the Crisis and the Future*. London: Zed Books.
- Choi, D., Palihawadana, D. & Michell, P. (2008). Exploring the Components of Success for the Korean Chaebols. *Journal of Business & Industrial Marketing* 23 (5), pp. 311–322.
- Dall'Acqua, F. (1991). Crescimento e Estabilização na Coreia do Sul, 1950-1986. *Revista Brasileira De Economia* 45 (1), pp. 103-125.
- Eckert, C. (1990). Economic Development in Historical Perspective: 1945-1990. Em: Eckert, C., Lee, K., Lew, Y., Robinson, M. & Wagner, E. (Eds.) *Korea Old And New: A History*, Seoul, Korea: Korea Institute, Harvard University, pp. 388-418.
- Grabowski, R. (1994). Import Substitution, Export Promotion, and the State in Economic Development. *The Journal of Developing Areas* 28 (4), pp. 535- 554.
- Haggard, S. (1986). The Newly Industrializing Countries in the International System. *World Politics* 38 (2), pp. 343-370.
- Haggard, S. & Moon, C. (1990). Institutions and Economic Policy: Theory and a Korean Case Study. *World Politics* 42 (2), pp. 210-237.
- Haggard, S., Kim, B. & Moon, C. (1991). The Transition to Export-Led Growth in South Korea: 1954-1966. *The Journal of Asian Studies* 50 (4), pp. 850- 873.
- Hikino, T., Amsden, A. & Wolfon, L. (1995). La Industrialización Tardía en Perspectiva Histórica. *Desarrollo Económico* 35 (137), pp. 3-34.

- Horikane, Y. (2005). The Political Economy of Heavy Industrialisation: The Heavy and Chemical Industry (HCI) Push in South Korea in the 1970s. *Modern Asian Studies* 39 (2), pp. 369-397.
- Im, B. (1987). Rise of Bureaucratic Authoritarianism in South Korea. *World Politics* 39 (2), pp. 231–257.
- Jones, L. & Sakong, I. (1980). *Government, Business, and Entrepreneurship in Economic Development: the Korean Case*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kay, C. (2001). Asia's and Latin America's Development in Comparative Perspective: Landlords, Peasants and Industrialization. *Institute of Social Studies Working Paper n° 336*.
- Kim, K. (1991). The Korean Miracle (1962 – 1980) Revisited: Myths and Realities in Strategy and Development. *Kellogg Institute Working Paper n° 166*.
- Kuk, M. (1988). The Governmental Role in the Making of Chaebol in the Industrial Development of South Korea. *Asian Perspective* 12 (1), pp. 107-133.
- Kuznets, P. (1985). Government and Economic Strategy in Contemporary South Korea. *Pacific Affairs* 58 (1), pp. 44-67.
- Lee, J., Clacher, I. & Keasey, K. (2012). Industrial Policy as an Engine of Economic Growth: A Framework of Analysis and Evidence from South Korea (1960–96). *Business History* 54 (5), pp. 713-740.
- Lee, S. & Lee, E. (2009). Case Study of Posco: Analysis of its Growth Strategy and Key Success Factors. *KDI School of Public and Management Working Paper 09-13*.
- Lima, U. (2015). A Inserção da Coreia do Sul na Cadeia Global Automobilística: Foco sobre as Políticas Públicas. IPEA, Texto para Discussão 2112. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2112.pdf (Acesso em 27/02/2022).
- _____ (2017). O Debate sobre o Processo de Desenvolvimento Económico da Coreia do Sul: Uma Linha Alternativa de Interpretação. *Economia e Sociedade* 26 (3), pp. 585-631.
- List, F. (1885). *The National System of Political Economy*. London: Longmans, Green and Company.

- Manríquez, L. & Aymes, L. (2009). Coreia Del Sur. Em: Manríquez, L. (Eds.). *Historia Minima De Corea*, Mexico: El Colegio de Mexico, pp. 147-167.
- Masiero, G. (2000). A Economia Coreana: Características Estruturais. Em: Samuel Pinheiro Guimarães. (Eds.). *Coreia: Visões Brasileiras*. Brasília: Instituto De Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre Gusmão, pp. 199-252.
- Mundle, S. (1985). The Agraria Barrier to Industrial Growth. *The Journal of Development Studies* 22 (1), pp. 49-80.
- Murillo, D. & Sung, Y. (2013). Understanding Korean Capitalism: Chaebols And Their Corporate Governance. *ESADEgeo Center for Global Economy and Geopolitics Position Paper* 33.
- Onis, Z. (1991). The Logic of the Developmental State. *Comparative Politics* 24 (1), pp. 109-126.
- Putri, R. (2018). Political Leadership in South Korea's Developmental State: a Historical Revisit. *Journal of ASEAN Studies* 6 (1), pp. 64-81.
- Rodrik, D. (1995). Getting Interventions Right: How South Korea and Taiwan Grew Rich. *Economic Policy* 10 (20), pp. 57-107.
- Seguino, S. (2017). How Economies Grow: Alice Amsden and The Real-World Economics of Late Industrialisation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* 10, pp. 99-110.
- Souza, N. & Yoon, T. (2001). Uma Análise Empírica sobre os Fatores do Desenvolvimento Económico da Coreia do Sul: 1961-1990. *Estudos Económicos (São Paulo)* 31 (2), pp. 321-367.
- Studwell, J. (2013). *How Asia Works: Success and Failure in the World's Most Dynamic Region*. New York: Groove Press.
- Szirmai, A. (2011). Manufacturing and Economic Development. *UNU – Wider Working Paper n° 2011/75*.
- Vieira, V. (2014). Invisible Legacies: Brazil's and South Korea's Shift from ISI Towards Exports Strategies under Authoritarian Rule. *Journal Of International Relations And Development* 17 (2), pp. 1-34.

- Vu, T. (2007). State Formation and the Origins of Developmental States in South Korea and Indonesia. *Studies In Comparative International Development* 41 (4), pp. 27-56.
- Wade, R. (1990). *Governing The Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Woo, C. & Sul, K. (2000). Industrial Upgrading of Korea: Process and Prospect. *KDI Institute Policy Study n° 2000-06*.
- Yoo, J. (2017). Korea's Rapid Export Expansion in the 1960s: How it Began. *KDI Journal Of Economic Policy* 39 (2), pp. 1–23.